



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 94/2024.

Dispõe sobre a Concessão de Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Senhor João Augusto Ribeiro Nardes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, nos termos do artigo 27, inciso V, alínea "g" do Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, aprovou e, eu, em obediência ao contido no art. 19, do mesmo Regimento, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica atribuído o título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Senhor Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

Art. 2º. A entrega do Título será realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, Teresina-
PI, ___ de _____ de 2024.


ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES
DEPUTADO ESTADUAL (MDB/PI)


FRANZÉ SILVA
PRESIDENTE DA ALEPI



JUSTIFICATIVA

NOTA CURRICULAR

Senhor Presidente e Senhores (as) Deputados (as).

O Título de Cidadão Piauiense, instituído na estrutura do Poder Legislativo Estadual tem como finalidade homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços ao Estado e ao Povo, em qualquer campo de atividade.

João Augusto Ribeiro Nardes nasceu em 13 de outubro de 1952, é um administrador, desenvolvimentista e político brasileiro, atual ministro e ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Pelo Rio Grande do Sul foi deputado federal durante três mandatos e deputado estadual por dois mandatos por dois mandatos, além de vereador de Santo Ângelo.

Em 1969, aos 17 anos, havia assumido junto com seu irmão mais velho Carlos, a gestão do escritório de contabilidade “O Indicador”.

Vereador empossado em 1973 – nesse momento histórico da Câmara Municipal. Santo Ângelo e sua Câmara Municipal lhe deram o preparo intelectual e político para tomar parte nessa história. Dali saiu para tomar conhecimento do mundo. Fez sua graduação em Administração de Empresas ali em Santo Ângelo, pela Fundames, atual Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Recorda-se que antes mesmo da criação da Fundames ele já havia trabalhado visitando as casas, conversando com a população para conscientizar as pessoas sobre a importância da Ames – Associação Missioneira de Ensino Superior (do ex-presidente José Kist). A Ames foi o primeiro passo para a criação, a seguir, da Fundames, a Fundação Missioneira de Ensino Superior, que depois se consolidou como a URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, onde concluiu seu ensino superior.

Ao lembrar da Fundames e de seus notáveis professores, recorda-se que foi presidente do Diretório Acadêmico da instituição. Lembra com satisfação que, depois, como vice-presidente do Diretório Estadual de Estudantes, conseguiu trazer para a região espetáculos do Teatro Arena de Porto Alegre.

Anos depois, ao deixar a Câmara Municipal, viveu no Japão e na Europa, fez pós-graduação e mestrado em Genebra, na Suíça, em Estudos do Desenvolvimento, no Institut Universitè d'Études, atual Institut de hautesétudesinternationales et dudéveloppement. Viveu nesses países durante quatro anos, de 1977 a 1981, investiu em seu aprendizado, teve conhecimento do mundo e percebeu como a integração dos órgãos governamentais era importante para o desempenho exemplar daqueles países, especialmente a Suíça.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

Temas hoje discutidos pela organização Amana Key já eram àquela época debatidos na Suíça. Esse aprendizado lhe deu uma visão político-social, abriu seus olhos para a política de desenvolvimento, para o desenvolvimento sustentável, para a visão ecológica, para a preocupação de se estabelecer metas para poder alcançar os objetivos propostos.

Voltou ao Brasil, em 1982. Naquele ano foi convidado pelo então governador do Rio Grande do Sul e seu vice, Jair Soares e Amaral de Souza, respectivamente, a trabalhar como assessor do então Secretário do Trabalho, Augusto Trein, na Secretaria de Trabalho e Ação Social, como coordenador da Política de Emprego. Em seguida, pôde atuar como assessor na Secretaria de Coordenação e Planejamento, dirigida pelo saudoso e competente Carlos Aberto Algayer, e posteriormente com o secretário de Planejamento José Diogo Cyrilo da Silva, excelente profissional com o qual pôde trabalhar como secretário executivo do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

Em todas essas oportunidades, implementou o conhecimento teórico adquirido na OIT, na Suíça, e no Japan Internacional Cooperacion – JICA, no Japão.

1. histórico político de vereador de Santo Ângelo a deputado federal, principais pautas e bandeiras de luta, principais projetos e leis aprovadas

Nas eleições seguintes, em 1986, ele voltou ao desafio dos cargos eletivos. Depois de adquirir uma experiência enriquecedora no Poder Executivo de seu Estado e de acumular parte do conhecimento e da bagagem que lhe faltaram nas eleições de 1974, ele se sentiu preparado para concorrer novamente ao cargo de deputado estadual.

Nas eleições de 1986, ele foi eleito pelo PDS com quase 20 mil votos. Quatro anos depois, em 1990, foi reeleito com 30 mil votos, tornando-se o mais votado do partido.

Como deputado estadual, ele presidiu importantes comissões e a CPI de Obras Inacabadas e Prédios Abandonados, que descobriu mais de mil construções não finalizadas e teve grande repercussão em todo o país. Foi nesse momento que seu interesse em exercer o controle dos gastos públicos foi despertado, quando percorreu todo o estado do Rio Grande do Sul em busca dessas obras, que eram inequívocas evidências de falta de governança.

Ainda como deputado estadual, ele participou da Assembleia Constituinte de 1988, onde propôs a destinação de 3% do orçamento para investimento na área de pesquisa. Isso porque, ao viver na Europa e no Japão, ele se impressionou com o incentivo dado pelo governo desses países à pesquisa, o que proporcionou, por exemplo, o elevado conhecimento técnico dos japoneses em robótica e outros setores. Infelizmente, essa não foi a visão da maioria dos deputados à época, e se estabeleceu apenas 1,5% de incentivo, sendo que até hoje esse investimento em pesquisa não é feito de forma adequada no Rio Grande do Sul, tampouco no Estado Brasileiro.



Ele cumpriu, portanto, dois mandatos consecutivos de deputado estadual, até 31 de janeiro de 1995.

Em 1994, ele foi eleito deputado federal com 80 mil votos. Reeleito duas vezes, em 1998 (108 mil votos) e 2002 (138 mil votos), ele desempenhou três mandatos de deputado federal.

No Congresso Nacional, ele teve participação importante e decisiva para o desenvolvimento do agronegócio e a viabilização dos pequenos produtores rurais.

Naquela Casa, ele foi membro da Comissão Mista de Crédito Rural, da Comissão de Agricultura e Política Rural, da Comissão Especial de Débitos nas Operações de Crédito Rural, Coordenador e Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Presidente e Fundador do INDAGRO – Instituto Nacional do Desenvolvimento do Agronegócio, coordenador adjunto da Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP e autor da Lei que criou o REFIN RURAL. Ele atuou também de forma decisiva para a aprovação da securitização e do PESA, que renegociaram os débitos dos produtores rurais.

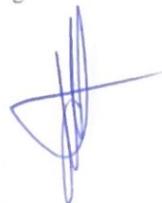
O movimento em prol dos produtores rurais teve início no Rio Grande do Sul através da FARSUL, presidida por Carlos RivaciSperotto. Na época, como deputado federal, ele foi o responsável, junto com a CNA, pela mobilização de milhares de agricultores, visitando 17 estados brasileiros a fim de mobilizar os produtores rurais que levaram a Brasília mais de 20 mil pessoas e 2.000 tratores e máquinas agrícolas, ocupando o gramado defronte ao Congresso Nacional em um movimento nunca antes visto que ficou conhecido como “tratoração”.

Os produtores endividados não conseguiam pagar suas dívidas junto aos bancos pela crise no setor ocasionada pela perda de renda, frete muito caro, falta de política agrícola de longo prazo e alto custo de produção. A partir dessa pressão, o Governo Federal finalmente cedeu e aprovou a lei de sua autoria criando o Refin Rural e a securitização.

Na época, o país produzia 60 milhões de toneladas e agora produz 312 milhões (projeção para 2023). Não fosse este trabalho, certamente haveria uma grande evasão rural por parte dos produtores que não conseguiam mais manter suas lavouras produzindo.

Ele foi também criador e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e articulador da Lei do Simples, que teve início com a adesão de 600 mil pequenas empresas e hoje conta com mais de 20 milhões de micro e pequenos empresários neste sistema tributário. Ele articulou no Congresso também o Moderfrota, o seguro agrícola e o PRONAF.

No curso de seu terceiro mandato como deputado federal, sobreveio a aposentadoria do ministro Humberto Souto no Tribunal de Contas da União, ocorrida em 3 de junho de 2004, cabendo à Câmara dos Deputados indicar o substituto à vaga.





Houve quatro candidatos, eleitos em votação secreta. Indicado pelo PP, ele obteve 203 votos, vencendo a disputa contra os 137 votos dados ao candidato do governo, o deputado José Pimentel

(PT-CE), 75 a Osmar Serraglio (PMDB-PR) e 55 votos ao deputado Carlos Nader (PFL-RJ), além de 7 votos em branco.

Confirmado pelo Senado e nomeado pelo Presidente da República, ele renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o novo cargo. Escolheu a data da posse para homenagear o Rio Grande do Sul e o Centro de Tradições Gaúchas: 20 de setembro de 2005.

2. Histórico no TCU, cargos e bandeiras defendidas, principais feitos

Sucedeu ao Ministro Humberto Souto, parlamentar de renome pelo estado de Minas Gerais, hoje prefeito de Montes Claros. No cotidiano do Tribunal, aos poucos percebeu uma área que merecia maior atenção: a atuação do TCU no cenário internacional.

Como membro fundador, desde 1953, da Organização que congrega as entidades de fiscalização superior, a INTOSAI (sigla em inglês para International Organization of Supreme Audit Institutions), o Tribunal atuava em vários de seus grupos regionais e comitês, entre eles a Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), criada em 1965.

A partir de 2008, o Tribunal esteve à frente da Secretaria Executiva da EFSUL, Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos países do Mercosul, Bolívia e Chile. Compreendeu o momento e assumiu o desafio de chefiar a Secretaria, participando ativamente para sugerir alterações na forma do TCU atuar.

No desempenho dessa missão, a Corte desenvolveria os primeiros planos estratégicos da EFSUL (2009-2011 e 2012-2014) e daria impulso à atividade de auditoria coordenada entre as EFS integrantes da Organização.

Percebendo, então, que era chegada a hora de o Tribunal empenhar toda essa experiência acumulada na área internacional em prol de uma atuação mais acentuada no âmbito da OLACEFS, foi eleito vice-presidente do Tribunal para o biênio 2011/2012, acumulando o cargo de Corregedor da Corte de Contas em dezembro de 2010.

Quando o TCU estava prestes a sediar, no ano de 2012, a Assembleia Geral da OLACEFS, encontrando-se na Vice-Presidência da Casa, dirigiu a postulação do Tribunal de Contas da União à Presidência da Organização para o biênio 2013-2014. Como articulou com antecedência, foi eleito por aclamação no Congresso realizado no final de 2012 no Brasil. Dali a um mês, em dezembro, foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio 2013/2014.



Assumiu, então, no mesmo biênio 2013/2014, a presidência do TCU e da OLACEFS, sendo essa a primeira vez em que o Brasil exerceu a Presidência da Organização, criada há quase 60 anos para congregiar as entidades de fiscalização superior da América Latina e do Caribe.

Viveu uma experiência riquíssima no comando da OLACEFS. Visitou todos os países que ainda não conhecia da América Latina. Partilhou dos problemas dos países membros da Organização. Pôde sentir as necessidades de cada Instituição de Controle.

Na assembleia realizada no ano seguinte, em dezembro de 2013, já sob sua Presidência, propôs aos Membros da OLACEFS e criaram a Rede Latino-americana e do Caribe de Combate à Corrupção (RLACC).

Um dos pontos altos da atuação do Tribunal no biênio em que esteve à frente da Presidência foram os encontros promovidos com o Congresso Nacional, com a sociedade civil, com diversos veículos de comunicação e com gestores de todos os poderes e esferas de governo, por meio de audiências públicas e da reativação dos Diálogos Públicos. Foram visitados praticamente todos os estados da Federação e reunidos, nesses encontros, mais de 40 mil gestores públicos.

Também considera como uma grande inovação deste período os Relatórios Sistêmicos, os internamente denominados FISC, que o Tribunal passou a produzir não somente na área de obras e infraestrutura (o Fiscobras), mas também nas áreas de educação, saúde, previdência, etc.

Destaca, ainda, a criação do “Painel de Controle”, instrumento de fiscalização dos recursos públicos transferidos aos entes da Federação, e vários outros produtos da área de Tecnologia da Informação produzidos no biênio 2013-2014, bem como as inovações e melhorias promovidas no âmbito das secretarias-gerais do Tribunal. Foram inúmeros projetos de capacitação dos servidores da Casa e de outras instituições brasileiras e estrangeiras.

Os novos projetos na área de pessoal, somados a tantos outros das gestões anteriores, conferiram os requisitos necessários para que o TCU fosse eleito, em 2014, a melhor instituição pública para se trabalhar, título concedido pela 18ª edição do Guia Você S/A.

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES
DEPUTADO ESTADUAL (MDB/PI)

FRANZÉ SILVA
PRESIDENTE DA ALEPI